

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

## FATORES COMPORTAMENTAIS DOS VOLUNTÁRIOS NAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL À LUZ DA SOCIOLOGIA PRAGMÁTICA

Tandara Dias Gonçalves<sup>1</sup>  
Denize Grzybovski<sup>2</sup>  
Anelise Rebelato Mozzato<sup>3</sup>  
Carlisa Smoktunowicz Toebe<sup>4</sup>

### Resumo

O presente ensaio teórico tem como propósito apresentar o debate sobre fatores comportamentais dos voluntários das organizações da sociedade civil (OSCs), orientado pelos fundamentos teóricos da sociologia pragmática distinto da psicologia comportamental. É com essa perspectiva analítica que se busca encontrar as razões do agir pelas mediações simbólicas, ou seja, compreender o que está atrás da ação humana na realização de uma ação social. Tomando este como ponto de partida, afirma-se que os voluntários são dotados de comportamento racional e justificável por três linhas teóricas, que configuram-se em regimes pragmáticos, encontradas na sociologia pragmática. No desenvolvimento dos argumentos teóricos, apresentam-se os conceitos de Vandenbergue (2006) e Thévenot (2001) como complementares, pois ambos defendem que as ações humanas são justificáveis.

Palavras Chave: Sociologia pragmática. Fatores comportamentais. Voluntariado.

### 1. Introdução

O presente ensaio teórico tem como propósito apresentar o debate sobre fatores comportamentais dos voluntários das organizações da sociedade civil (OSCs), orientado pelos fundamentos teóricos da sociologia pragmática distinto da psicologia comportamental. É com essa perspectiva analítica que se busca encontrar as razões do agir pelas mediações simbólicas, ou seja, compreender o que está atrás da ação humana na realização de uma ação social.

O tema desperta interesse científico em razão do notável crescimento do número de OSCs no contexto brasileiro (IBGE, 2012; ONU BRASIL, 2014) e do interesse percebido de um crescente número de membros da sociedade em auxiliar àqueles mais necessitados, marginalizados, drogaditos, outros (CHARITIES, 2012). No entanto, nem sempre o voluntariado nestas organizações é pautado pelo amor ao próximo e que, pelo interesse pessoal e espírito cívico, dedica parte do seu tempo a atividades de bem estar social (ONU BRASIL, 2014). De acordo com Saraiva (2006), as organizações da economia social conforma-se como

---

<sup>1</sup> tandara\_goncalves@hotmail.com

<sup>2</sup> gdenize@upf.br

<sup>3</sup> anerebe@terra.com.br

<sup>4</sup> carlisa.toebe@sertao.ifrs.edu.br

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

um setor que cresce significativamente desde a década de 1990. Dados do IBGE (2012) revelam que há, no Brasil, 290,7 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos, sendo que deste total 25 377 mil encontram-se atuando no estado do Rio Grande do Sul, o que representa 8,7% do total.

Dohme (2001) considera **voluntário** toda pessoa que doa seu trabalho e suas competências em uma função de natureza social e que lhe proporcione um sentimento de gratificação pela realização. Portanto, é uma **ação social** que pode ser definida a partir da qualificação, satisfação, doação e realização. Por sua vez, “trabalho voluntário” é definido pelo mesmo autor como uma ação de qualidade que faz a diferença numa determinada comunidade; não precisa ser grande, mas eficiente.

Há outras definições na literatura gerencial e também nos documentos legais do governo brasileiro. Diante da necessidade de regularizar o trabalho voluntário crescente no país, o governo brasileiro publicou a Lei nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998, a qual diz o seguinte no seu art. 1º:

Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

Então, seja uma ação social ou um trabalho voluntário, muito pode-se discutir a respeito do comportamento dos voluntários tanto na perspectiva paradigmática do humanismo radical (MORGAN, 2013) como na perspectiva da sociologia pragmática (THÉVENOT, 2001).

Fernando Tenório, em 2004, dizia que as ações de voluntariado desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil incomoda o restante dos indivíduos, como alguém que instiga a sociedade ao desequilíbrio da lógica capitalista. Assim, os voluntários são considerados “diferentes” dos demais membros da sociedade (TENORIO, 2004, p. 44), talvez pelo sentimento altruísta e que, mesmo não sendo a intenção principal, espera usufruir algo (DOHME, 2001). Na visão de Saraiva (2006), voluntários são indivíduos que enfrentam as atividades sociais como uma terapia alternativa, construindo uma imagem de sociedade politicamente correta, considerando os voluntários seres humanos melhores porque se concentram em servir e ajudar aos outros.

Nesse sentido, o tema é recolocado ao debate no campo da Administração pela perspectiva comportamental, das pessoas que realizam ações de voluntariado. Kanaane (1994) explica que o **comportamento humano** é um conjunto de operações materiais e simbólicas, o qual possibilita sua compreensão do comportamento como um sistema de múltiplas interações. Sua origem pode estar situada nas necessidades humanas, favorecendo e permitindo o surgimento de variáveis no comportamento até atingir novamente o estado de equilíbrio, como constatou Abraham Maslow (MOSCOVICI, 2012); também sua origem pode estar no contexto de interação social e ambiente que o indivíduo se encontra (FREUD, 1974) ou nas características hereditárias, como o alcoolismo, a esquizofrenia, a agressividade excessiva, a anorexia entre outros fatores patológicos (BUSSAB; RIBEIRO, 1998).

Moscovici (2012) interpreta o comportamento humano como duas esferas: a aparente e a subjacente, respectivamente um lado visível e outro não; o autor usa do termo “luz e sombra” para ilustrar sua interpretação. Como **comportamento aparente** incluem-se os recursos materiais de uma organização, as relações humanas, a interação das pessoas como passíveis de consideração e observação. O **comportamento subjacente**, a sombra, é a esfera

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

onde esconde-se a maior parte do comportamento, tendo uma gama de fatores como atitudes, valores, sentimentos, interações, mecanismos de defesa, motivações e desejos. Tal compreensão do comportamento pode ser útil no estudo dos voluntários na realização de ações de voluntariado.

No entanto, é na sociologia pragmática onde encontram-se elementos para entender as razões do agir pelas mediações simbólicas, ou seja, o que está atrás da ação humana. A corrente teórica da sociologia pragmática tem como seus precursores Luc Boltanski e Laurent Thévenot, iniciada fundamentalmente no livro *De la justification: Les économies de la grandeur*, de 1991, traduzida por Catherine Porter em 2006. Esta obra será utilizada neste ensaio teórico como principal referência, aliada à artigos científicos baseados no mesmo livro. Nesta obra, os autores explicam e explanam as bases da teoria a metodologia de aplicação e como chegam às ordens legítimas (cidades ou mundos; *cités*), os quais correspondem às seis grandes lógicas de justificação, ocultas atrás da ação humana (KRIEGER, 2011; KARAM, 2014).

Também considera-se fundamental a obra *Le nouvel esprit du capitalisme*, de Boltanski e Chiapello escrita em 1999. Nela os autores reconstituem a história do capitalismo e das justificações coletivas utilizadas para aderir à lógica capitalista, sugerindo e originando uma nova lógica de justificação da ação, uma sétima lógica de justificação acrescida as seis antes descritos por Krieger (2011).

Assim na perspectiva da sociologia pragmática, os fatores comportamentais dos voluntários podem ser estudados pela caracterização dos mesmos e suas razões para agir, como propõe Thévenot et al. (2001). Dada a relevância de ações rotineiras ou intensas situações de disputas e conflitos à percepção dos atores sociais, a sociologia pragmática verte da microsociologia e reconstitui o elo com a macrosociologia por meio das “mediações simbólicas que são as cidades” (VANDENBERGUE, 2006, p. 315).

Os conceitos de Vandenbergue (2006) e Thévenot (2001) são complementares e ambos defendem na sociologia pragmática, que as ações humanas são justificáveis. Para estes autores, o comportamento entra no centro de análise na teoria dos atos de linguagem e da etnometodologia, discutidas por Jürgen Habermas e John C. Heritage, entre outros.

Na ótica de Habermas (1999), a teoria do ato de fala ou atos de linguagem dá-se ao reconhecimento da “virada pragmática”, ocasionada no cerne da filosofia da linguagem. Tal teoria está interligada à *práxis* comunicativa e não apenas à representação da realidade, considerando o caráter intersubjetivo da linguagem (sinais linguísticos) ou o caráter pragmático (HABERMAS, 1999).

De acordo com Heritage (1999), o mundo social é complexo e sua compreensão se dá a partir dos fenômenos empíricos da atividade social em toda a sua riqueza e diversidade, traduzidas por um sólido programa de investigação empírica, a etnometodologia. Mesmo criticado pela base teórica de Talcott Parsons, Guessser (2003) afirma que Garfinkel reformula a sociologia tradicional pela influência da fenomenologia de Alfred Schütz e Eduard Husserl e revela a natureza da intersubjetividade da ação social. Assim o fazendo, não permite generalização teórica dos dados empíricos, pois a investigação é conduzida a partir de grupos escolhidos pelas suas particularidades, os quais tem uma identidade revelada pelos elementos presentes na fala apreendida no processo de análise da conversação. Isso significa dizer que o que este grupo faz ou diz no processo de investigação e o que eles iriam fazer ou dizer em outros contextos pode não ser o que realmente fazem (GUESSER, 2003; HERITAGE, 1999).

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Conhecida também como a sociologia francesa, dotada de uma abordagem crítica, a sociologia pragmática faz contornos nas questões do senso comum e é dedicada a delatar a redução da ação significativa ao comportamento, como o estado, a igreja ou a sociedade, que Vandenbergue (2006) entende como uma realidade que age como pessoas e não como organizações. A partir desta perspectiva teórica pode-se entender que os voluntários são dotados de comportamento racional e justificável por três linhas teóricas, que configuram-se em regimes pragmáticos, encontradas na sociologia pragmática (VANDENBERGUE, 2006; BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006).

Thévenot (2001) orienta uma nova perspectiva de três questionamentos da sociologia pragmática, que até então estão sendo isoladas e estudadas separadamente uma da outra, como afirmam Karam e Serva (2014): (a) a caracterização do agente e suas razões para agir; (b) as modalidades de coordenação das ações; e (3) o papel dos valores e bens comuns. Neste projeto de dissertação o foco do estudo recai sobre a primeira, a caracterização do voluntário e suas ações para agir.

Na mesma direção, Thévenot (2001) contextualiza o regime de justificação, o qual se refere a convenções coletivas em prol do bem comum. O referente regime concerne primeiramente à correlação do ator com ele mesmo, em um ambiente onde o ator deve coordenar sua própria conduta. Sendo assim, cada ação do ator social é explicada pelo regime de justificação, ou seja, primeiro justifica-se a ação para depois concretizá-la.

Os resultados dessas reflexões teóricas são apresentados a seguir, partindo-se da definição e compreensão do papel dos voluntários na sociedade contemporânea e seu comportamento em ações de voluntariado. Na sequência apresenta-se a problemática das motivações dos voluntários em ações de voluntariado.

## 2. Os Voluntários e o Comportamento Humano em Ações de Voluntariado

Para Habermas (2009), o que diferencia o homem do animal, o ser social do ser natural, não é propriamente o trabalho, mas sim a linguagem, pois pode-se falar de reprodução da vida humana, somente após a “economia de caça”, ou seja, o trabalho propriamente dito e este já encontrado em alguns primatas, é complementada por uma “estrutura social familiar”, o qual esse conjunto é equivalente ao desenvolvimento de “um sistema de normas sociais que pressupõem a linguagem” (HABERMAS, 1999).

Perante o desafio de analisar a sociedade capitalista, Habermas (2009) desenvolveu uma nova teoria, aparentemente superando as ideias Marxistas. Tal teoria teria capacidade de interpretar a nova realidade social e de ainda propor uma nova visão para completar o novo paradigma no qual a “Teoria do agir comunicativo” tem a proposta da nova centralidade comunicacional e da intersubjetividade (HABERMAS, 2009). Nela Habermas (2009) retoma a afirmação de que **o sujeito é quem inventa a sociedade civil perante o Estado**. O autor vê em um processo de subjetivação a identidade de um “eu” que efetivamente se relaciona na dialética do sujeito com o outro, dentro da intersubjetividade. Dando consistência ao seu próprio conceito de subjetividade no âmbito social: “o homem só adquire consciência de si mesmo através do outro, ao desenvolver uma interação reflexiva, através da linguagem, da ação comunicativa, em relação com e na construção de um mundo objetivo” (HABERMAS, 1999). Na visão habermasiana, a sociedade é constituída de um todo formado por estruturas



# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

objetivas de intersubjetividades construídas por meio de linguagem e ação, construindo o conceito de ator social.

Para Machado (1995), “atores sociais” são grupos específicos responsáveis em gerar movimentos, alguns institucionais como a Igreja Católica, sendo o mais importante no caso do Brasil. Touraine (2011) menciona “atores coletivos”, como atores de classes, citando, por exemplo, a classe operária tradicional no pensamento marxista. Tais interpretações remetem à ideia da coletividade numa perspectiva sociológica de grupos sociais, sem contemplar a dimensão intersubjetiva que nela existe, resultado de processo de ação e interesses.

Tenório (2004) chama à atenção para os processos de ação e interesses, o qual o autor se refere a “alianças e parcerias”, que têm por característica as relações sociais as diferentes ligações estabelecidas entre “atores sociais, organizações, Estado, pessoas e comunidades etc.”, dentro de uma perspectiva em que os interesses são atendidos de comum acordo (p. 73).

Dentro desta última colocação pode-se entender o **voluntário** como resultado do elo de parceria entre sociedade civil, Estado e outros atores sociais. Neste elo considerado, é necessário manter a atenção no comportamento humano em ações de voluntariado, pois estas relações são compositores da sociedade e novos grupos sociais.

Sabe-se que o comportamento humano tem sido alvo de muitos estudos, não apenas por ser uma área de grande abrangência, mas também por ser considerada uma ciência com muitos campos ocultos e profundas teorias, uma das muitas razões por este interesse é a raça humana ser considerada única (HATTORI; YAMAMOTO, 2012).

Kanaane (1994) considera o homem como um ser social, com capacidades de relações sociais, com aspectos facilitadores e impeditivos, como bloqueios e omissões, os quais caracterizam o processo de socialização do indivíduo. Tal processo de socialização que o autor refere-se é onde a pessoa direciona suas vontades e valores intrínsecos, que vêm desde a infância composto por normas e valores passados pela família, assim, “estabelecendo funções instrumentais, consumatórias, ajustadoras ou utilitárias, ego-defensivas, expressão de valores, de controle e apropriando-se de fatores condicionantes de uma sociedade.” (KANAANE, p. 43-44).

Para Freud (1974) a sociedade gerou regulamentos que ordenam a vida de seus integrantes resultando em privação da liberdade comportamental, acometendo os indivíduos a renunciarem sua tal liberdade para o bem da convivência social. A formação do caráter do homem é constituído pelos valores que circulam na sociedade, dando a possibilidade ao indivíduo de autoafirmação e formação da sua individualidade (KANAANE, 1994).

Porém, não se pode deixar de levar em consideração, segundo Kolb (1977) que o ser humano, quando nasce já é dotado de padrões inscritos e potencialidades; um conjunto constituído por padrões e tendências comportamentais, definido pelo termo “personalidade”. Derivado da personalidade, Bergeret (1988) faz menção ao termo “caráter” definindo-o como base para a formação do mesmo a maneira do indivíduo relacionar-se, defender-se e adaptar-se às diversas maneiras de dirigir e tratar suas necessidades, conflitos internos, angústias e inclusive o nível de fantasia mental.

Dentro das necessidades humanas está a interação social, Lewin (1973) criador da *Teoria do campo social*, diz que o indivíduo, consciente ou não de suas ações, utiliza um determinado grupo de relações sociais para manter e satisfazer suas necessidades próprias, inclusive suas ambições sociais, usando o grupo como um instrumento. O autor em sua teoria mostra que para haver adaptação social, a pessoa deverá sempre superar e atualizar suas

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

ambições e atitudes, atingindo seus objetivos pessoais, sempre mantendo laços com outros membros do grupo no qual está inserida.

Complementando a teoria de Lewin (1973) Schutz (1978) revela que as necessidades interpessoais podem ser representadas por “necessidades de inclusão, controle e afeição”. A necessidade de *inclusão* tem o objetivo de manter um bom relacionamento com outras pessoas, resultando em interação e associação. A segunda necessidade de *controle* seria a existência de um conforto psicológico em controlar se ser controlado, sendo uma ligação ao sentimento de respeito mútuo pelo merecimento de ser respeitado. E, por fim, a necessidade de afeição estabelecida por manter relacionamentos satisfatórios com outras pessoas no que tange ao amor e à afeição (SCHUTZ, 1978).

Ao reconhecer o ser humano como um ser social e com necessidade de relacionamentos, abre-se espaço para correlacionar o comportamento dos voluntários, que realizam voluntariado, às necessidades humanas básicas, em especial a de auto-realização, ou seja, não é um ato voluntário na perspectiva da justiça social, mas por interesses pessoais.

### 3. A Problemática das Motivações dos Voluntários

Uma das principais características das OSCs é sua composição, formada por agentes solidários, comumente chamados de voluntários (TENÓRIO, 2004; ESCOBAR; GUTIÉRREZ, 2008). Pressupõem-se que, entre os voluntários brasileiros que atuam em OSCs, o comportamento subjacente (MOSCOVICI, 2012) seja o orientador das ações de voluntariado. A justificativa para tanto é de que as características racionais são uma expressão real de impulsos e desejos inconscientes nas pessoas que nelas atuam, o que encontra respaldo nas análises de Moscovici (2012) sobre comportamento humano,

Quanto ao comportamento humano e seus fenômenos, Moscovici (2012) afirma que suas origens e explicações estão no inconsciente, determinante da maioria das ações aparentemente inexplicáveis por outras teorias. Inconsciente, para Freud (1974), é um depósito de desejos e impulsos reprimidos pela pessoa, o qual é necessário para a sua construção familiar e social.

A orientação de Freud (1974) é no sentido de que as pessoas na civilização agem sob coerção e renunciando a instintos; se, em hipótese, houvesse a interrupção da coerção, a maioria dos seres humanos estaria preparada para empreender o trabalho necessário à aquisição de novas riquezas. Para tanto deve-se considerar o fato de estar presentes em todos os humanos tendências destrutivas e, portanto, anti-sociais e anticulturais, e que, num grande número de pessoas, essas tendências são suficientemente fortes para determinar o comportamento delas na sociedade. Nesta abordagem pode-se perceber que Freud (1974) descreve o comportamento humano por uma perspectiva teórica anti-positivista, ou seja, de que as pessoas agem por razões que estão no inconsciente.

A discussão sobre os fatores comportamentais dos voluntariados nas OSCs parte da origem da motivação em realizar trabalhos voluntários, talvez seja a concepção ideológica de ser uma pessoa melhor (TENÓRIO, 2004) ou deu-se como herança cultural, desde a época do Brasil Colonial (ANDION, 2007). Também pode ser, como Morgan (2013) defende numa das propostas principais da cultura organizacional, que exerçam algum tipo de controle (emocional, econômica, moral...) sobre os voluntários.

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Foucault (2012) trata esse tipo de controle pela perspectiva do poder, como identificação de sujeitos atuando sobre outros sujeitos. Referindo-se a poder, direito e verdade, o referido autor, criou um triângulo que demonstra o poder como direito, através das formas que a sociedade coloca-se e movimenta-se, ou seja, onde há rei, há os súditos. Foucault (2012) argumenta ainda que o poder usado como verdade se institui pelos movimentos sociais dos quais os indivíduos se tornam vítima pelas próprias organizações, e por diversas vezes sem consciência e reflexão, ou seja, reproduzem atos mecânicos.

Maquiavel (1999), com seu olhar cético sobre o ser humano, assimila a concepção de poder acima da ética, “de modo que os fins justificam os meios”, sendo tudo válido desde que o objetivo seja manter-se em poder. Nesse sentido, é possível que voluntários buscar realizar-se na “ação social”, no sentido descrito por Dohme (2001), mas acabam o fazendo em busca de poder, na perspectiva foucaultiana.

Gaulejac (2007) mostra o poder como um novo controle que surgiu nas relações gerenciais de modelo capitalista e dominador; é um poder de difícil contestação, pois as contraposições se refletem em nível psicológico nas vítimas como formas de insegurança, sofrimento psíquico, esgotamento profissional, perturbação psicossomática e depressões nervosas. Gaulejac (2007) sugere uma forma de recuperação do sentido de vida, usando como valor a solidariedade e respeito ao próximo e à natureza, baseando-se em princípios do *oikos logos* – ecologia e desenvolvimento durável, princípios do *antrophos logos* – espécie humana e sociedade, e finalmente nos princípios da *psyché logos* – vida psíquica humana. Assim, as questões sobre os fatores comportamentais dos voluntários é recolocada não apenas na perspectiva do indivíduo, mas também no tipo de organização na qual o voluntário realiza a ação de voluntariado (DOHME, 2001).

A definição do tipo organizacional da sociedade civil também é um ponto de debates na literatura atual. Até então conhecidos como organizações do terceiro setor, a denominação de OSCs para identificar organizações que usam voluntários para realizar ações na sociedade ainda é pouco conhecida.

Há forte crítica à existência do chamado terceiro setor e suas organizações (SARAIVA, 2006). Para Montañó (2005), o conceito de terceiro setor é uma lacuna entre Estado e mercado, indicando a contraposição destes dois setores à sociedade civil. Em uma perspectiva crítica, tal termo é inadequado ao real e carregado de ideologia, pois a realidade social não pode ser dividida em “primeiro”, “segundo” e “terceiro” setor tendo fundamentação num conceito abstrato, sem existência real. Por outro lado, não se pode fechar os olhos às atividades da sociedade civil, que efetivamente vem desenvolvendo atividades antes atribuídas ao Estado. A sociedade civil organizada é dotada de responsabilidade na busca de resposta às necessidades dos indivíduos marginalizados, formada por atores sociais, cidadãos, voltada para uma suposta sociedade mais justa e digna (MONTAÑO, 2005).

Acredita-se, portanto, que os fatores comportamentais dos voluntários em OSCs encontra-se entre organizações construídas no modelo capitalista nas quais, há espaço para comportamento maquiavélicos, e organizações dotadas de responsabilidade em construir uma sociedade mais justa e digna, como afirma Montañó (2005), onde a função de natureza social lhe proporcione sentimento de satisfação pela realização, como sugere Dohme (2001).

Então, a problemática encontra respaldo na perspectiva da sociologia pragmática, (sociologia francesa). Com esta orientação teórica, espera-se acessar e mapear os fatores comportamentais dos voluntários por meio dos regimes pragmáticos desenvolvidos por Thévenot (2001), os quais são: familiaridade, ação planejada e regime justificação.

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Neste estudo as organizações da sociedade civil serão discutidas pela perspectiva de Tenório (2013), em razão de que:

A sociedade exige que os atores que a compõem, o Estado, o sistema empresarial privado e a sociedade civil organizada, assim como o cidadão de uma maneira geral, interatuem através de processos de tomada de decisão que, a partir de conquistas ou patologias do passado, permitam a sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e política, presente e futura.

Nesse contexto se encontram todas aquelas organizações que propõem debates sobre questões de cidadania e políticas públicas à margem do Estado. Ao construir um conceito deste tipo organizacional, Tenório (2001) demonstra ter uma visão conservadora e cuidadosamente refere-se ao terceiro setor como sendo organizações que não fazem parte do Estado, nem a ele são vinculadas; são revestidas de caráter público à medida que se dedicam a causas e problemas sociais e em que, apesar de caracterizarem sociedades civis privadas, não têm por objetivo o lucro, e sim o atendimento das necessidades da sociedade.

Logo, pergunta-se: quais fatores direcionam a escolha comportamental das pessoas que assumem o trabalho voluntário nas organizações da sociedade civil organizada e que contribuição tais fatores exercem na definição do seu perfil?

## 4. A Contribuição da Sociologia Prágmática

A Sociologia Pragmática é também conhecida como Economia das Grandezas, Sociologia da Crítica, Teoria da Capacidade Crítica, Teoria das Grandezas e, inclusive, Escola ou Economia das Convenções. Os resultados destes estudos constituem parte da escola francesa de sociologia (KARAM; SERVA, 2014).

Esta vertente teórica traz a representatividade de uma teoria da ação, colocando as práticas constitutivas da situação no centro da análise. Tal teoria se situa epistemologicamente entre a hermenêutica e a fenomenologia, do pragmatismo e do interacionismo simbólico, da teoria dos atos de linguagem e da etnometodologia (VANDENBERGUE, 2006).

A sociologia pragmática se encaixa cronologicamente após Bordieu, e inserida no novo campo da sociologia francesa (KRIEGER, 2011). Esta nova sociologia tem a pretensão de retificar a sociologia crítica de Bourdieu, sendo uma reação alternativa desta teoria sociológica, em busca dos princípios e valores que dão sentido à ação. (SILBER, 2003; KRIEGER 2011)

A sociologia pragmática rompe com o „paradigma do desvelamento“ dos mestres da suspeição (Marx, Nietzsche, Freud) para se ligar ao paradigma da interpretação dos hermeneutas e dos fenomenólogos, recusando invocar os mecanismos sociais e as forças inconscientes que determinariam o ator, sem ele saber, e explicariam suas ações. A sociologia da justificação apreende o ser humano como um ser livre (*als freihandelndes Wesen*) e religa o ponto de vista da antropologia pragmática de Kant, insistindo mais sobre o que o ser humano faz do que sobre o que é feito dele. Diferentemente da sociologia crítica, ela toma seriamente os discursos, os princípios e os valores legitimadores que dão um sentido à ação, sem ver aí ilusões bem fundadas que, em nome de um conhecimento superior, em nome da Ciência, seria necessário submeter à crítica. Contrariamente à cidade tridimensional da dominação, a cidade bidimensional da justificação é uma cidade sem estruturas profundas a desvelar e sem ilusões a dissipar (VANDERBERGUE, 2006, p.329-330).

Silber (2003) afirma que uma característica essencial da sociologia pragmática seria sua atenção prestada à falta peculiar de acordos duradouros, o que levaria os indivíduos a



# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

terem a necessidades de se auto justificarem e de críticas, participando de ações rotineiras ou situações intensas de disputas e conflitos (KRIEGER, 2011; KARAM, 2014).

Partindo do princípio onde as abordagens objetivistas e clássicas da sociologia compreendem os atores sociais como “desprovidos de juízo mental”, e não como atores com capacidades de reflexão e discernimento, a sociologia pragmática recusa a ideia separatória do ponto de vista objetivista do cientista social e a perspectiva descuidada dos chamados atores sociais (VANDENBERGUE, 2006).

A sociologia pragmática vê os atores com capacidade de reflexão, e inclusive de afastamento da realidade a fim de desenvolver um pensamento crítico sobre aquele universo o qual está inserido. Tal capacidade deve ser levada em consideração se o objetivo for compreender o modo como os membros da sociedade questionam e criticam instituições, entram em discussões ou concentram-se para um acordo (THEVÉNOT, 1998).

Boltanski e Thévenot (1991) explicam um modelo teórico de investigação da maneira como os atores sociais justificam suas ações, dando destaque a disputas, desacordos, e inclusive acordos cotidianos da sociedade. Em dado instante que os atores apresentam críticas e defendem uma posição específica surgem as controvérsias, disputas e possíveis desacordos, que quando superados originam acordos de práticas sociais.

No centro da sociologia pragmática, surge um modelo de análise dos regimes desta teorização, ou seja, regime de familiaridade, regime de ação planejada e regime de justificação; proposto por Thévenot (2001) dividido em três hélices explicativas, as quais foram sistematizadas por Karam e Serva (2014). São elas:

- a) O indivíduo é definido através dos regimes pragmáticos que consolidam suas relações com seu ambiente humano e material, desde a dimensão mais profunda até a mais pública de legitimação;
- b) A coordenação do método da ação resulta em uma racionalidade “interpretativa”, além da “calculativa”, para responder à perspectiva do enredamento;
- c) A observação do papel dos valores sociais e outras noções de bem comum, na coordenação da ação, não podem reduzir-se a prioridades individuais, e sim deverá fornecer um quadro analítico para convergir os legítimos compromissos.

As ações justificáveis são o centro de análise para Boltanski e Thévenot (2006). Os autores defendem que as pessoas não inventam pretextos falsos para ações, mas o contrário, as pessoas legitimam suas ações através do teste de justificação. Portanto processos violentos e tirânicos não estão no centro de estudo da sociologia pragmática, porque para esta veia teórica, nestes casos, não há justificação (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006; KARAM, 2014).

Boltanski e Thévenot (2006) com intenção de explicar a maneira de como os humanos realizam acordos e justificam suas ações, conseguem ir além da divisão clássica entre a “sociologia do fenômeno coletivo (na qual se inscreve a corrente institucional abordada no capítulo precedente) e a lógica da economia neoclássica (na qual se inscreve a corrente estratégica abordada anteriormente)” (KRIEGER, 2011, p. 63). Os autores acreditam que o reducionismo aplicado as duas leituras mostradas modificam o significado da regra adotada para atingir acordos e o modo dessa construção se relaciona diretamente a pessoas particulares (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006).

Para os autores da teoria, todos os homens convivem sob a autoridade da justificação, ou seja, para haver a edificação de acordos entre os indivíduos, os mesmos devem justificar

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

suas escolhas e ações, legitimando o acordo. Este imperativo de justificação concerne a possibilidade de coordenação do estado comportamental humano, e esta chamada coordenação é considerada o primeiro pilar da legitimidade. Entende-se então a legitimidade como um fenômeno construído e originado na interseção desses dois movimentos que se influenciam reciprocamente: o dos atores (indivíduos, organizações, seus stakeholders e aqui pode-se considerar os voluntários) e da estrutura (regras, valores e crenças da sociedade) (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006; KRIEGER, 2011; KARAM, 2014).

O foco central das pesquisas são os acordos em situações controversas, dando enfoque às habilidades do ser humano em construir associações e inclusive de entrar em acordos com base em generalidades (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006). E quando os atores sociais não alcançam um consenso, buscam entendimento para em quais condições a decisão será tomada, o que eleva a um acesso de princípio comum que determina as relações de equivalência. Tal processo de busca pelo princípio comum é infinita, porém do contrário em procurar um único princípio, tais disputas transformam-se em uma generalidade. (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006; KARAM, 2014).

Os indivíduos justificam-se através de fontes finitas. Boltanski e Thévenot (2006) pressupõem que as justificações são provenientes de lugares comuns (*commonplaces*) ou princípios superiores comuns, os quais integram ordens legítimas chamadas de cidades ou mundos (*Cités*). Na elaboração das cidades, Boltanski e Thévenot (2006) utilizaram-se de obras canônicas selecionadas para ilustrá-las como corpos de regras prescritivas. Tais ilustrações foram sistematizadas por Kriger (2011) em um quadro explicativo conceitual, como consta no Quadro 1, posteriormente adaptado por Karam (2014).

## Quadro 1: Cidades ilustrando os regimes de justificação

**Cidade Inspirada:** Baseada na obra “A cidade de Deus”, de Santo Agostinho, e tem como princípio superior comum a inspiração do indivíduo e a grandeza é demonstrada por aquilo que é inexpressível, maravilhoso, excitante. A grandeza pode ser acessada quando os indivíduos se liberam de seus laços, de seus hábitos, de seus bens e daquilo que é mundano, e eles o fazem pela necessidade de criação, pela paixão irracional e espontaneidade. A queda acontece quando o indivíduo deseja voltar a seus hábitos, ficando paralisado artisticamente.

**Cidade Doméstica:** Baseada na obra “A política extraída das próprias palavras da Sagrada Escritura”, de Bossuet, seu princípio superior comum é a hierarquia e a tradição familiares. A grandeza é expressa por aquilo que é hierarquicamente superior, bem criado, sábio e com bons valores, e ela se estende aos seres hierarquicamente inferiores, sendo que o superior é responsável pelos inferiores. O comportamento apropriado, bons hábitos, regras de etiqueta são apreciados e estes engrandecem quando são colocados em respeito à autoridade e sobre o egoísmo. A queda nesta cidade acontece quando o indivíduo não consegue manter sua boa educação e suas maneiras, não sendo mais digno de respeito.

**Cidade da Fama:** Baseada na obra “O leviatã”, de Hobbes, seu o princípio superior comum é a opinião pública e a grandeza é a fama, a reputação, a visibilidade e o sucesso, que são acessados pelo desejo de ser reconhecido e pelo amor próprio. Para atingir a grandeza, o indivíduo deve estar disposto a abrir mão de seus segredos e a revelar sua vida através de jornais, mensagens, campanhas, entrevistas, etc. As relações entre os indivíduos são baseadas em persuasão, influências e conhecimentos. A cidade entra em queda quando há indiferença entre os seres, banalidade e falta de reconhecimento.

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

**Cidade Cívica:** Inspira-se na obra “O contrato social”, de Rousseau, sendo que o princípio superior comum é o bem público, a vontade geral, o coletivo. A grandeza é a representatividade, a regra, a legalidade, aquilo que é oficial e ela é acessada pela vontade comum de acessar os direitos civis e a participação. Para acessá-los o indivíduo deve renunciar aquilo que é particular, deve transcender os interesses imediatos e lutar por uma causa, e isto acontece mais harmoniosamente em uma democracia, em um Estado de direito com instituições representativas. A sua queda acontece quando há particularismo, individualismo, divisões e arbitrariedades.

**Cidade Mercantil:** Inspira-se na obra “A riqueza das nações”, de Adam Smith, o princípio superior comum é a competição e a rivalidade e as grandezas são os bens desejáveis, valiosos, vendáveis e os indivíduos campeões e milionários. O que leva os indivíduos à grandeza são o interesse pelas coisas, o desejo e o egoísmo e para isto eles devem ter desapego e distância emocionais. A evidência desta cidade acontece através do lucro, do valor, do benefício, e o melhor lugar para que ela tome lugar é o mercado. Sua queda se dá quando acontece a escravização ao dinheiro.

**Cidade Industrial:** Baseada na obra “Da fisiologia social”, de Saint-Simon, seu princípio superior comum é a eficiência e a performance. A grandeza se dá pela produtividade, pela eficiência e confiabilidade, que são acessados quando se abre mão da dinamicidade e do progresso, pois o mais relevante é o controle. A queda tem lugar quando a humanidade é ameaçada pela instrumentalização, momento em que os indivíduos perdem sua dignidade.

**Cidade por Projetos:** Baseada em um *corpus* de textos de gestão da década de 1990 e ela tem seu princípio superior comum baseado nos projetos e na proliferação das redes e das conexões. A grandeza está com aqueles indivíduos empenhados, cativantes, móveis, flexíveis, adaptáveis e polivalentes, principalmente com o papel de conectar indivíduos de mundos diferentes. Quão maior for a capacidade de fazer elos, mais valioso será o indivíduo. O movimento de queda acontece quando há fechamento de redes, apadrinhamentos, formação de máfias e privação de elos.

Fonte: Adaptado de Krieger (2011, p. 67-68).

Os modelos construídos de cidade são amparados em jogadas de hipóteses embasadas em argumentos dos autores. As cidades são organizadas em ordens de grandeza dando sustentação à várias construções de filosofia política, direcionando o senso ordinário do que é justo (BOLSTANSKI; THÉVENOT 2006). Tais hipóteses são denominadas por “axiomas”, os quais encontram-se representadas no Quadro 2, mantendo-se a representação gráfica original apresentada por Krieger (2011).

## Quadro 2 – Os axiomas

a1) **Humanidade comum:** de acordo com este axioma, os membros da cidade compartilham de uma humanidade comum, e estes indivíduos são capazes de alcançar acordos pelas mesmas justificativas. Estas Cidades reconhecem que todos os indivíduos são seres humanos, e excluem construtos políticos que incorporam situações subumanas (como escravidão, diferenças raciais ou de gênero).

a2) **Princípio da diferenciação:** assume que os membros da cidade podem atingir pelo menos dois níveis diferentes de grandeza. Os comportamentos adaptáveis a estas diferenças já são passíveis de formas de justificação de ação e também a testes atribuídos aos estados. Este axioma preserva as particularidades de cada indivíduo, ao assumir que

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

em uma cidade possam existir tantos níveis quanto existe membros, e que esses níveis são mutáveis.

a3) **Dignidade comum:** como a cidade é formada por uma humanidade comum com estados diferenciados, através da dignidade comum assume-se que todas as pessoas possuem poder idêntico de acessar todos os estados.

a4) **Ordenação:** os níveis nas diferentes cidades são ordenados. Essa ordenação é necessária para coordenar ações e justificar distribuições, ela é expressa através de uma escala de valores dos bens ou da felicidade conferida a cada nível.

a5) **Fórmula de investimento:** nem todos os membros de uma cidade estão nos níveis mais altos (estes são os indivíduos aos quais um maior grau de felicidade é conferido, no que compete à cidade), pois os benefícios dos níveis superiores estão *linkados* a um custo ou a um sacrifício que é requerido para acessar o estado. A forma de sacrifício é o axioma que regula a tensão entre o axioma da humanidade comum e o axioma da ordenação dos estados.

a6) **Bem comum:** este axioma possui um papel central no modelo de cidades, pois ele conecta todos os níveis em um conjunto por meio de hipóteses sobre os bens e a felicidade conferida a cada estado. Ele coloca a felicidade, a qual aumenta conforme uma pessoa aumenta seu nível, como sendo um benefício para a cidade como um todo, isto é, como um bem comum. Quando aliado ao axioma da ordenação dos estados, pode-se falar de **ordem de grandeza**. O bem comum é oposto ao prazer autocentrado que deve ser sacrificado para alcançar um maior estado de grandeza. No modelo completo da cidade, a dignidade comum se torna a capacidade igual dos indivíduos de alcançar o bem comum.

Fonte: Krieger, 2011, p 68.

Para Boltanski e Thévenot (2006), quando os acordos legítimos são gerados, não é necessário argumentos explícitos. Karam (2014) complementa que os atores sociais ao assumirem um compromisso, tais participantes não clarificam seus princípios, pois eles também estão inclinados ao bem comum mesmo sem buscá-lo ativamente. Tal bem comum pode ser considerado de todos, não somente dos atores envolvidos. (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006; KRIEGER, 2011; KARAM 2014).

Contudo, esta teoria da capacidade crítica não é construída apenas em pressupostos metafísicos. Boltanski e Thevenot (2006) têm interesse pela compreensão de como essas cidades, são utilizadas em situações reais, concretas; ou seja, como elas são movimentadas no cotidiano das pessoas para justificar seus atos.

O acordo consolida-se em atos, em provas da realidade, objetos são engajados com os quais os indivíduos medem-se e determinam a que grandeza relativa pertencem (THEVENOT, 2002). Os regimes de justificação dão possibilidade ao estudo da relação entre generalidade (o qual poderia traduzir como uma necessidade cognitiva) e as diversas formas de bem comum, levantados ao debate público. A tensão entre coletivo e particular é inter-relacionada pela tradução de categorias sociológicas básicas, constatadas em justificações e críticas, e no aspecto em que demonstram elos entre questões cognitivas, morais e materiais (THÉVENOT, 2002; KARAM, 2014).

Para fugir do impasse entre teoria e prática; princípios e ação; teorização e circunstâncias. Boltanski e Thevenot (2006) propõem o acesso das cidades para os mundos comuns. A teoria pragmática desconstrói esta oposição de cidade e mundos e elabora uma teoria do acordo e desacordo, e que não corresponde apenas a uma teoria argumentativa que



# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

confronta princípios “mas que leve em conta o confronto com as circunstâncias, com a realidade, ou seja, com o engajamento, de seres humanos e objetos em uma ação” (BOLTANSKI; THEVENOT, 2006, p. 163).

No processo de passagem das cidades para os mundos comuns, é necessário prestar atenção à pressupostos de caráter teórico-metodológico da sociologia pragmática, os quais fornecem modos esclarecedores de olhar que devem ser adotados pra ver a sociedade, e que serão utilizados neste trabalho. Os pressupostos a seguir foram adaptados de Krieger (2011) os quais a autora destaca:

- a) Os princípios superiores comuns não formam uma lista exaustiva, deste modo, existem as possibilidades para formação de outras novas cidades concretizadas a partir de mundos comuns.
- b) Diferentes indivíduos, membros de um grupo, organização ou campo fazem referência a diversos mundos comuns. Por exemplo, um indivíduo utiliza como justificção um princípio superior da cidade Doméstica em suas relações familiares e um princípio superior da cidade Industrial em seu emprego. Os fatos acontecem devido a sociedade em si ser altamente complexa, ou seja, os indivíduos possuem competências para circular em situações provenientes de mundos distintos.
- c) Logo, um estado não é permanente e a atribuição de grandeza deve ser feita em situação. O estado de grandeza de um indivíduo não pode ser atribuído definitivamente nas bases de suas características pessoais, não permitindo que haja a fixação permanente de um estado a uma pessoa. A prova da grandeza de uma pessoa não pode ser baseada simplesmente em uma propriedade intrínseca, pois isso iria pressupor que uma forma prévia de equivalência já tivesse sido estabelecida. A prova deve ser baseada em objetos que são externos às pessoas, objetos que servirão como instrumentos ou aparelhos para determinar grandeza, suas provas de evidência.
- d) Todas as pessoas possuem poder de acessar os diferentes estados de valorização. Para acessar os níveis mais altos de valorização, os indivíduos devem estar dispostos a realizar investimentos, pois os benefícios dos níveis superiores estão *linkados* a um custo ou a um sacrifício que é requerido para acessar o estado. Ao ter seu estado de grandeza valorizado, um indivíduo age em prol do bem comum, isto é, o bem comum é oposto ao prazer autocentrado que deve ser sacrificado para alcançar um maior estado de grandeza.
- e) Para haver a possibilidade de acordos é necessário que exista consistência nos princípios de grandeza invocados frente aos objetos, e para isso faz-se mister recorrer ao *framework* dos mundos comuns. A consideração de uma grandeza e o teste de verificação, por envolverem o alinhamento entre os indivíduos e os objetos, nunca podem acontecer de forma teórica e sim transpostas em uma situação prática e específica.
- f) Com isso, surge a possibilidade de crítica frente às situações, gerando embate entre os mundos e entre os diferentes estados de grandeza dentro de cada cidade específica, e também de acordos entre os mundos, os quais existem através do estabelecimento de pontes entre as diferentes cidades.

Em síntese Boltanski e Thévenot (2006) explicam:

Nenhuma situação, por mais pura que ela seja não pode eliminar a diversidade de contingências e seus ruídos. A presença desse ruído faz pesar uma incerteza sobre as grandezas. A situação arrisca sempre de escapar e de levar a condução de uma nova prova. Na falta de um ruído exterior, prevaleceria um julgamento último que justificaria uma distribuição harmoniosa dos estados que nenhum elemento novo não

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

remeteria em questão. Assim, o barulho do mundo, que a prova cala provisoriamente, é aquilo que o move (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006, p. 29-30)

Entretanto, a coordenação não refere-se apenas a vários atores e de diversas ações. Ela relaciona o ator com ele mesmo, em um ambiente onde ele coordena sua própria conduta (livre). É embasada na relação (ator com ele mesmo) que a comunicação conduz a outrem, não salta repentinamente para um nível de interação e seus registros. Considera-se a relação com o ambiente determinante para absorver uma conduta para guiar a si próprio partindo de certa compreensão de elementos pertinentes à situação, e ainda assegurar a apreensão da conduta de outro indivíduo. Muito mais que enfatizar totalmente o ator para caracterizar a ação, a orientação pela coordenação incita a enfatizar a maneira de compreender o ambiente do qual depende fortemente a conduta (THÉVENOT, 2006; KARAM, 2014).

## 5. Algumas Reflexões

A originalidade do tema proposto é decorrente de uma área de poucos estudos voltados ao indivíduo como voluntário, e na escassez de pesquisas que compõem o entendimento referente às verdadeiras motivações que induzem os voluntários a dedicarem parte de seu tempo e esforço em prol de uma causa social. Tais causas sociais tem sido objeto de ação em OSCs, interpretadas como agentes de associativismo voluntário com poder de examinar e transformar estruturas sociais e políticas com as quais promovem interação (KEANE, 1998 apud KRIEGER, 2011). Mas será que os voluntários têm um agir intencional e comportamento estimulado por elementos simbólicos ou econômicos? A dúvida recai sobre os atos da fala na perspectiva weberiana, para quem a ação social é entendida como comportamento subjetivo dotado de sentido, ou seja, orientado subjetivamente e motivado por ele (HABERMAS, 2009).

A corrente teórica da sociologia pragmática dispensa consideração pelo discurso, princípios e valores legitimadores dão sentido à ação, desligada da preocupação referente a possíveis ilusões que poderiam influenciar o ator, inconscientemente (SILBER, 2003; KARAM, 2014). Assim, a sociologia pragmática torna-se um instrumento teórico capaz de desvelar os sentidos dos voluntários na prática do voluntariado e acalantar a inquietude da autora deste projeto que não acredita em ação social despendida de uma ação orientada, na perspectiva weberiana.

A dúvida gerada por essa compreensão dos fenômenos sociais instiga pesquisar os fatores comportamentais em voluntários brasileiros pela perspectiva da sociologia pragmática em detrimento da perspectiva comportamental, pois, dentre seus interesses, bons ou ruins, as OCSs estão em ascensão (IBGE, 2012; ONU BRASIL, 2014) e é necessário investigar que tipos de atores sociais estão se comprometendo em causas até então intituladas “nobres”.

## 6. Referências

ANDION, C. **Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina: os casos da APACO, do Centro Vianei de educação popular e da AGRECO.** 2007. 427f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas)– Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BERGERET, J. **A personalidade normal e patológica.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

BRASIL. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 fev 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9608.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm)>. Acesso em: 19 set. 2014.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **On justification**: economies of worth. New Jersey: Princeton, 2006.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BUSSAB, V. S. R.; RIBEIRO, F. L. Biologicamente cultural. In: SOUZA L.; FREITAS M. F. Q.; RODRIGUES M. M. P. (org.). **Psicologia: reflexões (im)pertinentes**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. Capítulo 9.

CHARITIES Aid Foundation. **World giving index 2012**: a global view of giving trends. December, 2012. Disponível em: <<http://www.cafonline.org/pdf/worldgivingindex2012web.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

DOHME, V. **Voluntariado**: equipes produtivas: como liderar ou fazer parte de uma delas. São Paulo: Mackenzie, 2001.

ESCOBAR, J. J.; GUTIERREZ, A. C. M. Tercer sector y univocidad conceptual: necesidad y elementos configuradores. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, jun. 2008.

FREUD, S. **Obras completas de Sigmund Freud**: o futuro de uma ilusão. O mal-estar na civilização. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: Idéias e Letras, 2007.

GUESSER, A. H. A etnometodologia e a análise da conversação e da fala. **EmTese**, v. 1, n. 1, p. 149-168, ago./dez. 2003.

HABERMAS, J. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2009.

\_\_\_\_\_. **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus Humanidades, 1999.

HATTORI, W. T., YAMAMOTO, M. E. Evolução do comportamento humano: Psicologia evolucionista. **Estudos de Biologia, Ambiente Diversificado**, v. 34, n. 83, p. 101-112, 2012.

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

HERITAGE, J. C. Etnometodologia. In: GUIDDESN, A.; TURNER, J. **Teoria social hoje**. 1. reimpressão, São Paulo: Unesp, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. As fundações privadas e associações sem fins lucrativas no Brasil 2010. **Estudos e Pesquisas Informação Econômica n. 20**, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes\_Privadas\_e\_Associacoes/2010/fasfil.pdf>. Acesso em 15 nov. 2014.

KARAM, C. A. **Legitimando uma inovação social: o caso do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville**. 2014. 404f. Tese (Doutorado em Administração)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

KARAM, C. A.; SERVA, M. Pesquisando inovações sociais à luz da Sociologia Pragmática: uma nova proposta de abordagem. **Revista Red de Posgrados de Investigación Latinas en Administración y Estudios Organizacionales**, PILARES. México: 2014.

KANAANE, R. **Comportamento humano: o homem rumo ao século XXI**. São Paulo: Atlas, 1994.

KOLB, L. C. **Psiquiatria clínica**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1977.

KRIEGER, M. **Legitimidade das Organizações da Sociedade Civil na Região Sul do Brasil: uma análise da percepção dos atores do campo à luz da Sociologia Pragmática**. 2011. 254 f. Dissertação (Mestrado)– Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

KRIEGER, M. G. M.; ANDION, C. Legitimidade das organizações da sociedade civil: análise de conteúdo à luz da teoria da capacidade crítica. **Revista de Administração Pública (Impresso)**, v. 48, p. 83-100, 2014.

LEWIN, K. **Princípios de psicologia topológica**. São Paulo: Cultrix, 1973.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

MACHADO, L. M. V. **Atores sociais: movimentos urbanos, continuidade e gênero**. São Paulo: Annablume, 1995.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2005.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 2013.

MOSCOVICI, F. **Renascença organizacional: a revalorização do homem frente à tecnologia para o sucesso da nova empresa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.



# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

ONU BRASIL. Nações Unidas no Brasil. **O trabalho voluntário e as Nações Unidas**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/faca-parte-da-onu/voluntariado/>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

SARAIVA, L. A. S. Além do senso comum sobre o terceiro setor: uma provocação. In: PIMENTA, S. M.; SARAIVA, L. A. S.; CORREA, M. L. (org.). **Terceiro setor: dilemas e polêmicas**. São Paulo: Saraiva, 2006. Capítulo 2.

SCHUTZ, W. C. **Psicoterapia pelo encontro**. São Paulo: Atlas, 1978.

SILBER, I. Pragmatic sociology as cultural sociology. Beyond repertoire theory? **European Journal of Social Theory**, v. 6, n. 4, p. 427-449, 2003.

TENORIO, F. G. **Um espectro ronda o terceiro setor**, o espectro do mercado: ensaios de gestão social. Ijuí: Unijuí: 2004.

THÉVENOT, L. Pragmatic regimes governing the engagement with the world. In: KNORR-CETINA, K.; SCHATZKI, T.; SAVIGNY EIKE, V. (eds.). **The practice turn in contemporary theory**. London: Routledge, p. 56-73, 2001.

THÉVENOT, L. Pragmatiques de la connaissance. In: BORZEIX, A.; BOUVIER, A.; PHARO, P. (sous la dir. de). **Sociologie et connaissance: nouvelles approches cognitives**. Paris: CNRS Éditions, 1998.

TOURAINÉ, A. **Após a crise: a decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

VANDENBERGUE, F. Construção e crítica na nova sociologia francesa. **Sociedade e Estado**, maio/agosto, v. 21, n. 2, p. 315-366, 2006.